



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Codevasf – 3ª/SR**

## **ANEXO I**

### **JUSTIFICATIVAS**

#### **Finalidade:**

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função dos serviços em questão, previstas no Termo de Referência e que aqui relacionadas passam a integrar o Termo de Referência.

#### **Da necessidade da contratação:**

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), promove o desenvolvimento e a revitalização de suas bacias hidrográficas com a utilização sustentável dos recursos naturais e estruturação de atividades produtivas à inclusão econômica e social, objetivando a redução da desigualdade e induzindo o desenvolvimento regional sustentável.

A área de atuação da Codevasf sofreu considerável expansão por iniciativa do Congresso Nacional, com a aprovação de leis que alteraram a Lei 6.088/74 – Lei de Criação da Codevasf, passando a Companhia a atuar em aproximadamente 37% do Território Nacional.

Estas ampliações também impactaram na atuação da Estatal dentro do estado de Pernambuco que, desde 2020, passou a atender todos os 185 municípios do estado – correspondente a uma área total de 98.067,880 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2020) e uma população de 9.058.155 habitantes (IBGE, Censo 2022).

Em paralelo ao aumento na área de atuação no território pernambucano, a Codevasf também tem vivenciado um período de expressivos acréscimos na alocação e execução de recursos orçamentários, especialmente aqueles oriundos de indicações parlamentares, tanto os consignados nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), quanto os descentralizados por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs).

Cabe destacar que a alocação orçamentária das emendas parlamentares, a partir de 2021, concentraram principalmente em duas ações: apoio à política nacional de desenvolvimento urbano, através da pavimentação de ruas, e apoio ao desenvolvimento produtivo, por intermédio de doação de máquinas e construção de estradas vicinais.

Desta forma, por se tratar de intervenções de menor montante, verificou-se significativa ampliação de instrumentos celebrados, e por consequência um robusto incremento das rotinas administrativas complementares aos assuntos de competência legal da Codevasf/PE.

Desta forma, a contratação dos serviços para apoio administrativo na gestão de projetos, obras, contratos e convênios na área de atuação da 15ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado de Pernambuco, permitirá o suporte às atividades administrativas, viabilizando um



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Codevasf – 3ª/SR**

melhor gerenciamento dos serviços prestados, minimizando os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade dessas atividades, garantindo o alcance das metas institucionais finalísticas.

### **Do Serviço “Comum”:**

O tipo de serviço objeto deste Termo de Referência se caracteriza como um serviço comum, por se tratar de atividades de baixa complexidade. Os serviços possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado e com metodologia objetiva de medição dos “padrões de desempenho e qualidade”.

### **Modalidade Licitatória:**

Pregão Eletrônico.

A licitação reger-se-á pelo disposto na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 (Lei do pregão) regulamentada pelo Decreto nº 10.024 de 20 de setembro 2019 (regulamento do E-pregão), e na Lei nº 13.303 de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), e respectivas alterações e regulamentos.

Justifica-se a modalidade licitatória de acordo com o Acórdão TCU nº 713/2019, Súmula TCU nº 257 e no Inciso IV do Artigo 32 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, tendo em vista que o objeto deste Termo de Referência se trata de serviços comum com padrões de desempenho e qualidade definidos.

### **Periodicidade de Prestação do Serviço:**

Continuado.

A periodicidade de prestação do serviço do futuro contrato será continuada, por demanda continua da Codevasf na nova área de atuação, tendo em vista o alto número de contratos e convênios em celebração ou já celebrados ou planejado no PPA 2020-23.

### **Regime de execução: Empreitada por Preços Unitários:**

Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições dos serviços efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada. A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Codevasf – 3ª/SR**

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo de 12 meses, conforme consta no Termo de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

**Critério de Julgamento:**

**Menor preço**, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º 13.303/2016.

**Garantia de Execução (caução):**

É necessário, para fins de emissão da Ordem de Serviço, que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Qualificação Técnica:**

As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada o objeto especificado.

**Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio e da não admissão de “subcontratação”:**

Por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos, a participação sob o regime de consórcio não é justificada. Elucidamos ainda que, como não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.

**Do valor e modo de disputa “Aberto”:**

Consoante ao art. 25 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País; III - prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; IV - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; V - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas; VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico,



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Codevasf – 3ª/SR**

assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional; VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações. Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a contratação, bem como pelo modo de disputa aberto.

Sem mais,

Alessandra Cristina Rossin  
Chefe da Unidade de Estudos e Projetos  
3ª/GRD/UEP - 3ª SR